

## **Novo Relatório de Sustentabilidade da CNseg mostra também que mais de 60% das empresas já incluem questões ASG em suas políticas de investimentos e adotam práticas de promoção da diversidade e não-discriminação**

A agenda ambiental, social e de governança (ASG) está fortemente presente nas empresas que compõem o universo segurador. É o que mostra o novo **Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros**, produzido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), ao indicar que 93,5% das empresas participantes da pesquisa já integram ASG em sua estratégia, crescimento de 7.1 p.p. em comparação com o relatório anterior de 2021, assim como adotam práticas de promoção da diversidade e não-discriminação. Nesta edição do documento, participaram 45 seguradoras, que correspondem a 75% da arrecadação total do mercado representado pela CNseg.

O documento aponta também que 63,3% das empresas afirmam monitorar e avaliar as ações em sustentabilidade com base em critérios claros e objetivos, verificando sua efetividade. 64,5% das empresas entrevistadas incluem questões ASG em suas políticas de investimentos (próprios ou geridos por terceiros). E 70,6% incluem as questões ASG em suas políticas gerais de subscrição de risco, que é o processo da seguradora em dimensionar, avaliar, precificar e aceitar o risco do cliente.

Os indicadores presentes no estudo correspondem a análises realizadas entre janeiro e dezembro de 2022. Para o presidente da Confederação, Dyogo Oliveira, a publicação anual destaca iniciativas que ampliam o protagonismo do setor nesse campo e se multiplicam em diversos vértices, ratificando o compromisso permanente com essa agenda. “Mais uma vez, evidenciam-se avanços significativos do mercado, que apontam novas direções rumo a um futuro melhor.”

O relatório apontou que 56,7% das entrevistadas possuem produtos ou linhas de negócios relacionados diretamente ao risco ou responsabilidade ambiental, com destaque para o seguro Residencial com serviços ambientais, como consultoria, descarte de eletrodomésticos e móveis (52,9%) e para o RC Ambiental (47,1%) e uma linha de negócio específica para energia solar/eólica (41,2%). Neste último tópico, as participantes deste Relatório têm iniciativas para apoiar o desenvolvimento de fontes de energia renovável, sendo que 46,4% estão focadas no seguro Residencial com a proteção para painéis solares; 32,1% em seguros Empresariais para empreendimentos de energia renovável; e 28,6% em seguro Automóvel para veículos híbridos e/ou elétricos.

O setor de seguros entende a sua vulnerabilidade com relação às mudanças climáticas, por conta de seu impacto no pagamento de indenizações e de sua importância na subscrição de riscos, tendo sido pioneiro na promoção de ações relacionadas a essa temática. As companhias que participam deste Relatório já têm isso em mente e presumem que as mudanças climáticas impactem a estratégia de seus negócios nas áreas de produtos e serviços (93,3%), cadeia de valor (73,3%), operações (53,3%), adaptação e atividade de mitigação (50%) e investimento em pesquisa e desenvolvimento (40%). Quando questionadas, em quanto tempo enxergam que as Mudanças Climáticas serão integradas plenamente em sua governança, estratégia, gestão de riscos e metas e indicadores, 74,2% das empresas acreditam que em até cinco anos, 22,6% delas citam que levará entre cinco e dez anos e 3,2% mencionam mais de uma década.

### **Inclusão social no mercado segurador**

A diretora de Sustentabilidade e Relações de Consumo da CNseg, Ana Paula de Almeida Santos, destaca que garantir uma maior participação do seguro na sociedade é fundamental para o desenvolvimento sustentável e para inclusão social. “O seguro desempenha um papel essencial na mitigação de riscos sob os quais organizações, pessoas e governos estão expostos, fortalecendo a resiliência econômica via redução da volatilidade financeira e promovendo maior confiança dos investidores. Além disso, a proteção securitária é imprescindível para reformas estruturais de adaptação climática e para investimentos em infraestruturas verdes”, reforça a executiva.

Os dados de diversidade apresentados no relatório mostram que as seguradoras estão com o olhar mais cuidadoso esta temática. Das 93,5% das participantes que adotam práticas de promoção da diversidade e não-discriminação, os principais pilares são os de gênero (100%), raça (96,6%), Pessoas com Deficiência (82,8%), LGBTQIAPN+ (72,4%), gerações (58,6%) e etnia (58,6%). Ainda neste tópico, 90% mencionaram possuir canais de reclamação para queixas de preconceito dentro da empresa, bem como 70% executam ações internas, como o monitoramento de indicadores de diversidade do quadro de pessoal e a capacitação de gestores no tema. Destaca-se, ainda, que 87,1% das empresas promovem a diversidade e inclusão como um meio sustentável de obter resultados positivos nos negócios principalmente na atração e retenção de talentos (88,9%) e na melhoria do clima organizacional (85,2%).

Questionadas com relação a ações, políticas ou programas específicos voltados para vulnerabilidades específicas, como mulheres pretas e pardas, para mulheres com deficiência, para mulheres LGBTQIA+ e para mulheres de acima de 50 anos, o relatório mostrou que 90% das respondentes relataram seguir políticas e programas para todas as mulheres, independentemente da sua idade, cor/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e condição física.

Ana Paula ainda sinaliza que ao ampliar o alcance do seguro em camadas da população desassistida, especialmente as mais economicamente vulneráveis, “o seguro reduz o impacto negativo de imprevistos e quebra o ciclo de incerteza financeira que persiste na vida dessas pessoas, auxiliando na diminuição das desigualdades e promovendo a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa”, complementa.

O Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros tem o objetivo de ampliar os horizontes de análise e apontar caminhos para o enfrentamento dos desafios dos negócios, bem como prestar informações qualificadas à sociedade sobre a atuação das empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização. Ele é elaborado desde 2012 e desde 2015 faz referência às normas GRI (Global Reporting Initiative) para Relato de Sustentabilidade, além de manter correspondência com os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), com as recomendações da Força-Tarefa sobre as Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD, na sigla em inglês) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS).

**Fonte:** CNseg, em 20.09.2023.